

HISTORIOGRAFIA E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO AMAZÔNICA

Denilson Diniz Pereira¹
Lorene dos Santos²

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo discorrer a partir de contextos historiográficos os desafios postos ao Ensino Superior no contexto Amazônico, tomando, em alguns momentos, como referência o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas ICSEZ/UFAM. Para isso, buscou-se conhecer o processo histórico de desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Em seguida, discutimos os desafios postos aos docentes na atualidade e na sequência pontuamos as particularidades do Ensino Superior na Amazônia, retratando alguns dados do ICSEZ, a partir de uma pesquisa documental. Para a construção do trabalho usamos a revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento da docência no Brasil, também foi realizada a pesquisa documental, por meio de algumas legislações que orientam o ensino superior no Brasil assim como dados referentes ao ICSEZ. Os resultados apontaram que no contexto Amazônico à docência convive com inúmeros desafios, os mais frequentes são: a dificuldade de permanência de doutores que tem implicações diretas sobre a pesquisa na Amazônia; os docentes possuem diferentes atribuições como o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

Palavras-chave: Desafios, Docência, Ensino Superior, Região Amazônica.

INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil, especialmente nas universidades públicas, é resultado de uma construção histórica permeada por ganhos e perdas, avanços e retrocessos e, na atualidade tem colocado diferentes exigências ao professor. Este, além de ministrar aulas na graduação e em alguns casos na pós-graduação, é frequentemente levado a desempenhar atividades de pesquisa, extensão e gestão. Essa dinâmica acaba por sobrecarregá-lo, que diante das exigências de qualificação e titulação amplia assim suas atribuições.

É importante aceitar de uma vez por todas que as diversas funções que se atribuem são muitas vezes incompatíveis e contraditórias, e deveriam ser tratadas de forma diferenciada. Entender o ensino superior e as exigências postas ao professor universitário diante do contexto amazônico é o objetivo desta pesquisa, entendendo que a universidade nesse espaço territorial e cultural guarda suas especificidades e desafios.

¹Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUC/MG e Professor da Universidade Federal do Amazonas-UFAM denilsondinizp@gmail.com;

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUCMG lorenedossantos@gmail.com;

Para alcançar o objetivo, verificou-se a necessidade de conhecer os contextos históricos dos processos históricos de construção do ensino superior no Brasil no sentido de reconhecer os avanços adquiridos desde as primeiras iniciativas de se introduzir as universidades no Brasil. Também entendeu-se como necessário conhecer as atribuições postas ao professor universitário assim como as particularidades do ensino superior no contexto amazônico.

O percurso metodológico utilizado para a construção da pesquisa no primeiro momento foi revisão bibliográfica, tendo como suporte de livros, revistas e textos. Por fim, também se utilizou da pesquisa documental junto aos departamentos e comissões do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ da Universidade Federal do Amazonas – UFAM em Parintins, com o intuito de conhecer as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão dessa unidade.

No último tópico, apresentam-se algumas particularidades da educação superior na região norte, ilustrando com alguns dados do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, criado em 24 de setembro de 2007, está situando no município de Parintins-Am localizado na mesorregião do baixo Amazonas e atualmente disponibiliza sete cursos: Administração, Artes Plásticas, Comunicação Social/Jornalismo, Educação Física, Pedagogia, Serviço Social e Zootecnia. Funciona como uma unidade da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, com sede na capital, Manaus e por fim as Considerações Finais e as perspectivas para os desafios do Ensino Superior na Amazônia sugerindo ações de continuidade para a presente pesquisa.

METODOLOGIA

A metodologia é um processo de produção de conhecimento para a compreensão de uma dada realidade, na qual nos auxiliam nas indagações crítico-reflexivas e nas soluções de problemas. De acordo com Gil (2008), pode-se definir-se pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

A pesquisa utilizada foi por meio do olhar dos pesquisadores sobre a historiografia e docência do Ensino Superior na Região Amazônica. Becker (2010, p.14) destaca que a realidade só pode ser afirmada pelo sujeito depois que ele a construiu.

Ghedin (2008, p.71) explica que, “olhar, nesse caso, significa pensar, e pensar é muito mais do que olhar e aceitar passivamente as coisas. [...] olhar é interpretar e perceber para

poder compreender como são as coisas e os objetos investigados”, pois, para entendermos realmente o conhecimento sobre o objeto de pesquisa, é necessário olhar muito além de como o objeto se apresenta.

Assim o percurso metodológico utilizado para a construção da pesquisa no primeiro momento foi revisão bibliográfica, tendo como suporte de livros, revistas e textos. Por fim, também se utilizou da pesquisa documental junto aos departamentos e comissões do Instituto de ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ da Universidade Federal do Amazonas – UFAM em Parintins, com o intuito de conhecer as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão dessa unidade.

DESENVOLVIMENTO

Historiografia da produção da Educação Superior na Amazônia

As pesquisas desenvolvidas por Fávero (2006), faz uma discussão acerca do ensino superior no Brasil pontua-se que este foi instituído no país tardiamente, se comparado com outros países, inclusive latino-americanos. Oliven (2002), afirma que a origem do ensino superior no Brasil seguiu passos diversos do contexto latino-americano, especialmente no que se refere ao tempo histórico de sua instituição. Sinaliza que os espanhóis desde o século XVI estabeleceram universidades em suas possessões na América Latina, por meio das instituições religiosas. No Brasil, a primeira universidade foi instalada no século XIX.

Com a fuga da Família Real de Lisboa para o Brasil, alguns cursos superiores foram criados, primeiramente em Salvador e posteriormente no Rio de Janeiro. Com a independência do Brasil, os cursos superiores continuaram a serem instalados em algumas cidades do país, como Olinda, no nordeste, em São Paulo e Ouro Preto. A partir de 1808, cursos e academias são criadas com o objetivo de formar profissionais para o Estado e em 1810, é instituída a Academia Real Militar sendo inaugurada no ano seguinte. A partir de 1822, com a independência política do Brasil, a elite não visualizava vantagens na criação de universidades. Nessa época, já existiam 24 projetos que objetivavam a criação de universidades, isso num recorte histórico que vai de 1808 a 1882, destes nenhum foi aprovado e a partir de 1827, são criados alguns cursos jurídicos, que promoveram influências na mentalidade política do Império e na formação da elite da época (FÁVERO, 2006).

A partir de 1850, percebe-se um tímido crescimento de instituições de ensino, e até o final do século XIX, o país contava com 24 instituições de ensino superior, contemplando

cerca de 10,000 estudantes. Frente a esse contexto, a iniciativa privada percebeu a oportunidade de atender a demanda daqueles que tinham interesse e com a facilidade legal existente na época através da Constituição de 1891, algumas instituições surgiram da iniciativa da elite e de instituições confessionais católicas (idem).

No percurso histórico de 1889 até 1930, o ensino superior no Brasil passou por várias alterações por conta de alguns dispositivos legais. Analisando o ensino superior durante a República Velha, Oliven (2002) defende que a primeira universidade brasileira só foi criada na década de 1920, no Rio de Janeiro, congregando algumas faculdades isoladas, voltada mais ao ensino do que à pesquisa, com características nitidamente elitistas. Em alguns estados, como a Universidade de Manaus surge em 1909; a de São Paulo em 1911 e a do Paraná em 1912 as mesmas eram particulares e se denominavam “*livres*”. Na década de 30, a educação no Brasil, nas suas diferentes modalidades, passa por várias reformas tendo em vista acompanhar as mudanças ocorridas no país.

Com a Reforma Francisco Campos, durante a República a partir de 1930, foram criadas 22 universidades federais, sendo distribuídas nas capitais das unidades da federação. Também foram criadas 09 universidades religiosas, sendo 08 católicas e 01 presbiteriana. Esse contexto, por conta do maior número de alunos no ensino superior promoveu a mobilização dos universitários, que criaram em 1938 a UNE – União Nacional dos Estudantes (OLIVEN, 2002).

Para Schwartzman (1980), a partir de 1945 o país vivencia um processo de redemocratização e nesse contexto, através do Decreto-Lei de nº 8.393, de 17/12/1945, é concedida autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar às universidades brasileiras. Entretanto, essa autonomia pouco se verificou na prática, fato que continuou a instigar a luta pela autonomia no final da década de 1940 e início dos anos 1950.

Na década de 60, o Brasil experimenta avanços e retrocessos no tocante ao ensino superior. Em 1961, depois de 14 anos tramitando no Congresso Nacional, é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 4.024. Apesar de alguns avanços, essa lei continuou reforçando o modelo tradicional vigente de ensino superior no país. Oliven (2002), afirma que a LDB deixou intactas as cátedras vitalícias, “faculdades isoladas e a universidade composta por simples justaposição de escolas profissionais; além disso, manteve maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa” (p. 32).

Para Cunha (2010), com o golpe militar em 1964, as universidades também passam por várias transformações, a começar pelo afastamento de professores, que divergiam dos

princípios defendidos por esse regime, principalmente na Universidade de Brasília. As atividades acadêmicas passam a ser vigiadas no sentido de coibir qualquer forma de subversão que surgisse tanto de professores quanto de alunos. O movimento estudantil foi desmantelado e o ensino superior privado passa por um expressivo processo de expansão.

Em 1968, o congresso brasileiro aprova a Reforma Universitária através da Lei 5.540/68, dentre as modificações promovidas, elenca a substituição do sistema de cátedras pelos departamentos, o vestibular deixou de ser eliminatório e passa a ser classificatório, promovendo a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e estabelecendo o regime de tempo integral e dedicação exclusiva para os professores, valorizando a qualificação destes, através das titulações e produção científica. (OLIVEN, 2002).

Fávero (2006) sinaliza que no final da década de 70, a partir da abertura política e a Lei da Anistia, o movimento estudantil passa por um processo de reorganização, assim como outros grupos da sociedade civil. Nesse contexto, professores universitários que foram afastados por conta do Ato Institucional Nº 5 retornam às universidades. A partir da década de 80, surgem várias propostas de reformulação das instituições universitárias, fazendo com que um expressivo número de professores percebam que “o problema da universidade envolve não apenas aspectos técnicos, mas também um caráter marcadamente acadêmico e político, exigindo análise e tratamento específicos” (p. 34).

Apesar da Reforma Universitária prever a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, essas atividades pouco se desenvolveram nas diferentes regiões do país. Oliven (2002) sinaliza que em 1981, o Brasil contava com 65 universidades, das quais sete possuíam mais de 20.000 alunos. Os estabelecimentos isolados de ensino superior nesse ano extrapolavam a oitocentos, duzentos e cinquenta dos quais com menos de 300 alunos.

No contexto de construção da Constituição Cidadã em 1988, o ensino superior brasileiro também foi alvo de disputas de projetos diferentes. Oliven (2002) assinala que existiam dois grupos defendendo seus interesses. Um defendia a educação pública, de qualidade, laica e com recursos públicos definidos e assegurados.

Na década de 90, um dos ganhos mais importantes em relação à educação superior no Brasil refere-se à Lei de Diretrizes de Bases da Educação - LDB de 1996. Trata-se de um documento que discrimina a educação nacional em todos os níveis, educação básica e superior, determinando as responsabilidades de cada esfera de governo dentro da proposta de descentralização e em relação à educação superior, propõe a avaliação sistemática e regular dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior como um todo.

Prática docente no Ensino Superior: Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

Severino (2008) na introdução de seu livro intitulado “*Ensino e Pesquisa na Docência Universitária: caminhos para a integração*” sinaliza três fatores que historicamente tem marcado a cultura universitária brasileira e influenciam diretamente para o desprestígio da função docente. O primeiro refere-se à preparação para o exercício da docência, segundo o autor, a universidade não investiu massivamente no desenvolvimento de uma cultura que se preocupasse com o preparo pedagógico do professor e a qualidade didática de seu trabalho.

O segundo fator tem relação com a posição em que muitas vezes é colocada a pesquisa, sobrepondo-a ao processo de ensino e da qualidade com que este se dá, fazendo com que o desempenho do professor seja testado pelo quantitativo de produção acadêmica.

O terceiro e último fator diz respeito à falta de amparo e incentivo na legislação acerca do ensino superior, limitado na LDB de 1996 em seu artigo 66 que assevera que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”.

Libâneo (2009) defende que o processo de ensino precisa levar em consideração que a apropriação de conteúdos deve promover de maneira articulada a capacidade de pensar criticamente a realidade, desenvolvendo, dessa forma, o aprimoramento da razão crítica, através de uma sólida formação cultural e científica.

Severino (2008) sinaliza que frequentemente os programas de pós-graduação se preocupam com a formação de pesquisadores em áreas determinadas, sem, contudo, estabelecerem exigências em relação à formação pedagógica de professores. Assim, a preparação/formação docente acaba se limitando às iniciativas individuais dos docentes.

Masetto (2002 apud VALENTE; VIANA, 2010) sinaliza três competências que o professor no ensino superior deve dominar: a primeira refere-se à competência em determinada área do conhecimento que é adquirida durante sua formação na graduação, apropriando-se daquilo que é básico em sua área de formação. A esse conhecimento deve ser acrescentado os conhecimentos práticos resultantes do tempo que exerceu sua profissão. Esses conhecimentos devem ser constantemente atualizados através da formação contínua e da participação em eventos e congressos científicos.

A segunda competência diz respeito à dimensão pedagógica devendo o professor universitário ter conhecimento acerca do processo de ensino-aprendizagem assim como compreender o sentido da relação professor-aluno e aluno-aluno e dominar teorias e práticas.

A terceira competência refere-se à dimensão política, entendendo que o docente é um ser que vive em sociedade e, portanto têm direitos e responsabilidades frente a ela, devendo ter uma postura crítica diante dos elementos que compõem a vida social.

Além das exigências relacionadas à formação permanente, ao domínio de elementos pedagógicos e didáticos, cabe ao professor universitário desenvolver constantemente atividades de pesquisa e extensão. A extensão na universidade é uma das dimensões do tripé que orienta as atividades no ensino superior, mais especialmente nas universidades públicas. Não pode ser vista exclusivamente como uma atividade que o aluno desenvolverá, mas como uma atividade dialética entre universidade e comunidade. Ela geralmente aborda problemáticas locais e/ou regionais promovendo uma relação mais próxima com a comunidade local da qual é parte.

No Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia-ICSEZ, projetos de extensão têm sido desenvolvidos constantemente pelos professores dos cursos disponibilizados na instituição. De acordo com os dados do Comitê de Extensão do ICSEZ-COMEXI, em 2013 setenta projetos na modalidade PACE³ foram executados e 17 como PIBEX⁴. Em 2015 foram 63 na primeira modalidade e 13 na segunda. Em 2017, foram executados 64 PACE e 10 PIPEX. Esses dados expressam o esforço dos profissionais e acadêmicos em manter um relacionamento com a comunidade local, desenvolvendo esses projetos no sentido de contribuir no atendimento de suas demandas ou de disponibilizar para a população local a disseminação daquilo que está sendo desenvolvido na academia.

Como exemplo desse processo, tomamos o curso de Pedagogia do ICSEZ, nele existe a coordenação e vice-coordenação de curso, coordenação do laboratório, coordenação da contagem de créditos de horas complementares. Todos esses cargos são ocupados pelos professores de carreira do colegiado que, além de desenvolverem atividades de ensino, pesquisa e extensão, também ocupam espaços nas diferentes comissões do instituto como a de pesquisa, extensão e etc. É importante lembrar que apesar da ampliação das funções dos docentes nas universidades estes devem, segundo a LDB, em seu artigo 57 ministrar semanalmente no mínimo oito horas de aulas.

O quadro a seguir apresenta a distribuição dessas universidades na região, contemplando as federais e estaduais.

Quadro 01: Universidades Públicas na Região Norte

³Programa de Atividade Curricular de Extensão

⁴Programa Institucional de Bolsa de Extensão

Estados	Universidades Estaduais	Universidades Federais
Acre	-	UFAC
Amapá	UEAP	UNIFAP
Amazonas	UEA	UFAM
Pará	UEPA	UFOPA; UFPA; UFRA; UNIFESSPA
Rondônia	-	UNIR
Roraima	UERR	UFRR
Tocantins	UNITINS	UFT

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em pesquisas realizadas junto as Instituições pesquisadas.

Na sequência, traz-se um quadro com o número de professores com ICSEZ com as devidas titulações nos anos de 2015 e 2019.

Quadro 02: Número de professores do ICSEZ e suas titulações 2015 a 2019			
2015		2019	
DOUTORES	12	DOUTORADO	35
MESTRES	57	DOUTORADO EM ANDAMENTO	23
ESPECIALISTAS	03	MESTRADO	10
GRADUADOS	04	MESTRADO EM ANDAMENTO	02
TOTAL	76	ESPECIALIZAÇÃO	02
		GRADUAÇÃO	01
		TOTAL	73

Fonte: Elaborado pelos autores com base em pesquisa documental realizada junto à secretaria do ICSEZ.

A intenção de trazer algumas informações acerca do ICSEZ é ilustrar como este expressa várias características do ensino superior no Norte do país, principalmente em relação à formação e permanência de professores doutores. Entretanto, é importante frisar que essa dificuldade é oriunda de vários fatores, dentre estes sinalizaremos apenas alguns: a maioria dos professores que trabalharam com professores efetivos na instituição e a deixaram foram por não serem oriundos da região norte. Assim, quando aparecem oportunidades de concursos para seus lugares de origem procuram voltar para as regiões de onde vieram.

Tais informações apresentadas nos quadros expressam claramente a realidade da região em relação ao Ensino Superior. Conforme quadro 02, hoje o Instituto conta ao todo com 73 professores, dos quais apenas 35 são doutores. É importante situar que esse Instituto está localizado numa cidade do interior do Amazonas, Parintins, e que completará em

setembro de 2019 doze anos. Também é válido enfatizar que uma parte considerável dos professores que possuem mestrado já está cursando o doutorado e logo poderão contribuir mais com o desenvolvimento da pesquisa na Região do Baixo Amazonas.

Essa situação também é tensionada pela dificuldade de acesso à pós-graduação nas cidades do interior da Amazônia, fazendo com que os professores para se qualificarem precisam sair do município. De acordo com o quadro 02, no ICSEZ, em 2012, foi disponibilizando uma turma de doutorado e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

Como descrito no quadro 01, o estado da Região Norte com maior número de universidades públicas é o Pará, com cinco instituições, uma estadual e quadro federais. Os estados do Acre e Rondônia não possuem universidades estaduais e os demais estados possuem duas universidades, sendo uma estadual e outra federal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil essa extensão de riqueza natural e cultural enfrenta inúmeros desafios, especialmente de acesso a bens e serviços por parte de sua população. Um de seus desafios é em relação ao ensino superior, que frequentemente em todos os estados da região passa basicamente pelos mesmos desafios, envolvendo o aspecto econômico, social, político e cultural sem destruir seu patrimônio natural e cultural.

De acordo com o quadro 01, sabe-se que a região convive com dificuldades relacionadas a recursos humanos qualificados e infraestrutura para promoção da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico. Diante disso a Academia Brasileira de Ciência, numa publicação denominada: Amazônia: Desafio Brasileiro do Século XXI (2008), sinaliza quatro desafios urgentes para promover o desenvolvimento científico e tecnológico na região amazônica: o primeiro a criação de novas universidades públicas, atendendo às mesorregiões que possuem densidades populacionais que justifiquem tal investimento. O segundo a criação de institutos científico-tecnológicos associados ao ensino e pesquisa tecnológica, descentralizando a infraestrutura de C&T e permitindo a articulação de uma rede de grande capilaridade. O terceiro e ampliação e fortalecimento da Pós-Graduação, expandindo de forma expressiva a formação, atração e fixação de pessoal altamente qualificado em CT&I e o quarto o fortalecimento das redes de informação na região, dotando-a uma rede com banda mínima de 2 Gbps (p. 16).

O documento também enfatiza a necessidade de ampliação e fortalecimento da pós-graduação nesta região, pois recursos humanos altamente qualificados contribuem com importantes descobertas científicas e sua disseminação, verifica-se assim a necessidade de criação de programas que promovam a atração e fixação de doutores, profissionais e técnicos especializados.

Em 2012 foi apresentado pela Regional Norte do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação - FOPROP/NORTE, um projeto à bancada da Amazônia no Congresso Nacional com o objetivo de promover a maior atração e fixação de doutores na Amazônia. A proposta solicitou a inclusão no orçamento da União para 2013 os recursos necessários para o programa previam o apoio aos pesquisadores já contratados e àqueles que ainda serão para atuarem nas instituições de ensino e pesquisa da região.

Com isso pretende-se superar as desigualdades entre as regiões do país em relação à pesquisa científica e tecnológica assim como também em relação à pós-graduação, proposta esta realizada por algumas agencias como a Capes, CNPq, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - FAPs, dentre outros, mas defendem a necessidade de maiores investimentos científicos e tecnológicos nos espaços amazônicos.

Nos processos de seleção para preenchimento de vagas nas universidades na Amazônia, boa parte dos candidatos e também dos aprovados são recém-formados ou mestres. Essa realidade dificulta a atração de investimentos em grandes projetos de pesquisa. Não se trata de negar a capacidade desses profissionais em atuarem nas instituições de ensino superior, mas de compreender que o tempo que ele levará para alcançar o título de doutor, entre o cumprimento do estágio probatório e na sequência cursar o doutorado, estima-se um tempo de sete anos. Esse tempo irá retardar a atração de investimentos em ciência e tecnologia para a instituição, e conseqüentemente no desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Essa dificuldade de fixar doutores no Norte do país é uma realidade frequente no ICSEZ/UFAM. Há frequentemente saída de doutores da instituição, alguns a princípio são aprovados nos concursos com mestrado ou estão cursando o doutorado, passam um tempo na instituição e, quando percebem alguma oportunidade mudam para outras regiões do país conforme quadro 02. Numa pesquisa junto aos coordenadores dos cursos do Instituto, foi possível perceber que no curso de Zootecnia foi o qual mais professores exoneraram, ao total de nove professores, sendo a maioria doutores.

No curso de Artes Plásticas quatro professores pediram exoneração sendo um doutor, dois doutorandos e um especialista. No curso de Educação Física, ao todo seis professores deixaram o instituto sendo, três doutores e três doutorandos. No Serviço Social, quatro, uma

devido a família não morar no município, outra para cursar o mestrado, duas optaram por outros concursos. No curso de Administração, saíram um doutor, uma doutoranda e um mestre. Em Comunicação Social, um doutor pediu transferência para a capital do Amazonas, e saiu um especialista. Em Pedagogia um doutor e dois mestres.

Em 2013, 2014 e 2018, o Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA também da UFAM disponibilizou uma turma de mestrado e doutorado no instituto. Tais programas não estão instalados no ICSEZ, e são insuficientes para dar conta da demanda pela qualificação presente em Parintins-Am. Daí a importância de os professores do ICSEZ serem doutores, podendo assim instituir um programa de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado na própria instituição de acordo com o quadro 02.

Outro fator importante que tem contribuído para a saída de professores refere-se à escassez, quase inexistência, de serviços básicos de qualidade necessários a manutenção da existência, como saúde e educação. O município de Parintins padece da ausência de um serviço público de saúde de qualidade, e o setor privado não consegue dar conta de algumas especialidades. Do mesmo modo a educação, é escassa as instituições públicas de ensino da educação básica que conseguem oferecer um serviço com a qualidade esperada. Assim, boa parte dos professores possuem filhos e precisam da oferta desses serviços que são básicos. Diante disso, alguns optam por pedir transferência ou remoção para outras localidades.

Outro fator que influencia na saída de professores do ICSEZ refere-se ao custo requerido para participar de eventos científicos. Parintins é uma ilha, para sair da cidade os meios de transporte necessários são por via fluvial e ou aéreas. Devido às características da natureza amazônica, os meios de transporte fluviais levam bastante tempo para chegar a capital mais próxima, no caso Manaus, podendo levar até mais de 12 horas. Por via aérea o custo é muito alto e, a pessoa talvez tenha que utilizar mais de um voo.

Apesar desses percalços, o instituto já conta com professores efetivos formados pela própria instituição, fato de contribui para promover o desenvolvimento da mesma de maneira contínua, pois percebe-se que estes não possuem o desejo de mudar de cidades, deixando a instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino superior no Norte do país é permeado de inúmeros desafios que são tensionados por conta das particularidades da região. Essas particularidades são oriundas das formas de se pensar o desenvolvimento para Região Amazônica, das dificuldades de acesso a

bens e serviços, especialmente a educação superior, a densidade demográfica e etc. Entretanto, essa região apresenta uma rica diversidade natural e cultural que precisa do conhecimento produzido nas instituições de ensino superior para contribuir com o seu desenvolvimento de uma maneira global e sustentável.

Nesse sentido, inúmeros desafios são postos às universidades presentes na região e espera-se delas um retorno que venha de encontro com as necessidades e aspirações das populações que aqui vivem. Frente a isso impõe-se como necessidade urgente o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias que atendam as demandas frequentemente postas. Para isso, a qualificação em nível de doutorado impor-se como exigência para que as universidades consigam atrair recursos necessários para o desenvolvimento de grandes projetos de pesquisas. Também é necessária a ampliação de instituições públicas de nível superior na região, capacitando os amazônidas para contribuírem com o desenvolvimento da região amazônica mais especificamente no Baixo Amazonas.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Amazônia: Desafio Brasileiro do Século XXI. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.
- BECKER, Fernando; MARQUES, Tania B. I. Ser professor é ser pesquisador. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 05 de junho de 2019.
- CUNHA, L.A. Ambiguidade ideológica na Universidade: os estudos de problemas brasileiros. Revista do CFCH, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 10-33, jun. 2010.
- FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.
- GHEDIN, Evandro. Questões de método. 2008.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa: unindo ensino e modos de investigação. In: Cadernos de Pedagogia Universitária, Nº 11. Universidade Católica de Goiás, Outubro de 2009.
- OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: A Educação Superior no Brasil. Maria Susana Arrosa Soares Coordenadora. IESALC – UNESCO – Caracas Porto Alegre-Brasil, Novembro de 2002.
- SCHWARTZMAN, Simon. Ciência, Universidade e Ideologia: a Política do Conhecimento Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. In: Cadernos de Pedagogia Universitária-3. Universidade de São Paulo Faculdade de Educação (FEUSP). ABRIL 2008.